

# CAMINHOS INTERCULTURAIS E INTERSECCIONAIS DE PESQUISA COM POPULAÇÕES INDÍGENAS

**LARISSA NIEMANN PELLICER<sup>1</sup>**

*UFC, BRASIL*

<https://orcid.org/0000-0003-3947-7140>

**SHERYDA JANUÁRIO LISBOA<sup>2</sup>**

*UFC, BRASIL*

<https://orcid.org/0009-0003-4951-6403>

**GABRIELE DA SILVA DE MELO POTYGUARA<sup>3</sup>**

*ESCOLA INDÍGENA CULTURA VIVA, BRASIL*

<https://orcid.org/0009-0002-2614-8129>

**TATIANE DELIMA ANDRADE POTYGUARA<sup>4</sup>**

*SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONSENHOR TABOSA/CE, BRASIL*

<https://orcid.org/0009-0000-8928-8255>

**ANTÔNIO AILTON DE SOUSA LIMA<sup>5</sup>**

*UFC, BRASIL*

<https://orcid.org/0000-0002-5696-2255>

**JAMES FERREIRA MOURA JÚNIOR<sup>6</sup>**

*UNILAB, BRASIL*

<https://orcid.org/0000-0003-0595-5861>

---

<sup>1</sup> Mulher, cis, branca, sexualidade dissidente. Nascida em São Paulo e radicada em Bogotá, Colômbia. Psicóloga formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora colaboradora na Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE/UNILAB) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Mulher negra, nordestina, brasileira. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO), Brasil. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Pesquisadora da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE/UNILAB).

<sup>3</sup> Mulher indígena Potyguara e militante jovem do Movimento Indígena. Psicóloga graduada pela UniFanor e com atuação na atenção primária à saúde.

<sup>4</sup> Mulher indígena Potyguara. Psicóloga vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Monsenhor Tabosa/Ceará.

<sup>5</sup> Doutorando e mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Graduando em Psicologia pela UNINASSAU. Bacharel em Humanidade, Licenciado em Sociologia e especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pesquisador colaborador na Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE/UNILAB).

<sup>6</sup> Doutor em Psicologia, Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

**RESUMO:** *O presente artigo foi construído a partir de uma experiência de Pesquisa Ação Participante com saúde mental e diversos povos indígenas de um estado do Nordeste do Brasil. Foram realizadas entrevistas narrativas e rodas de conversa, considerando a oralidade como estratégia metodológica. Costuramos teoria e prática, apresentando alguns relatos e experiências vividas em território, tecendo reflexões e caminhos possíveis para a descolonização de práticas de pesquisa com populações originárias. Mediante uma posicionalidade crítica de pesquisa, partimos de lentes interseccionais e interculturais que considerem os saberes e práticas ancestrais na produção de conhecimento.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Povos indígenas; saúde mental; interseccionalidade; interculturalidade.*

**ABSTRACT:** *This article is based on an action-research experience with mental health and several indigenous peoples from a state in the Northeast of Brazil. Narrative interviews and conversation circles were carried out, using orality as a methodological strategy. We stitch together theory and practice, presenting some reports and experiences lived in the territory, weaving reflections and possible paths for decolonizing research practices with indigenous populations. Through a critical research positionality, we start from intersectional and intercultural lenses that consider ancestral knowledge and practices in the production of knowledge.*

**KEYWORDS:** *Indigenous peoples; mental health; intersectionality; interculturality.*

---

## Introdução

O presente artigo desenvolve-se a partir de uma experiência de Pesquisa Ação Participante com povos indígenas e saúde mental no Ceará<sup>7</sup>, realizada pela coalizão entre pesquisadores/as indígenas locais e a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistência (reaPODERE), laboratório transdisciplinar de pesquisa e extensão vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e à Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, destacamos que foi possível construir localmente atuações e conhecimentos com diversos povos indígenas de um estado do Nordeste do Brasil, tais como os povos Cariri, Karão-Jaguaribara, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuia, Jenipapo-Kanindé, Tremembé e Tapuya-Kariri.

Neste artigo, focamos na experiência do estudo qualitativo desta pesquisa, a partir do qual vivenciamos momentos de inserção em cada território participante, priorizando a vinculação com as pessoas das comunidades e aprendendo a partir de suas narrativas, realidades, saberes e práticas. Através da construção dessa rede de relações, realizamos rodas de conversa e entrevistas narrativas com pessoas indígenas e quilombolas em seus territórios tradicionais.

Conforme Goikoetxea e Fernández (2014), o método de produção narrativa implica na construção de um texto que parte do interesse de pesquisa em determinado fenômeno, entretanto, tal construção acontece mediante a relação entre pesquisadores/as e participantes, onde estes e estas são os/as protagonistas da autoria narrativa e atuam junto aos/às pesquisadores(as). Tal estratégia é um contraponto ao método dicotômico de pesquisa que separa sujeito e objeto de estudo, estabelecendo uma distância entre aquele que estuda e aquele que pode ser estudado (TUHIWAI SMITH, 2018). Além disso, a produção narrativa considera os marcadores sociais como etnia, raça, gênero, classe e sexualidade, entre outros, na forma como os/as participantes de pesquisa compreendem e experienciam os fenômenos pesquisados. Assim, vai na contracorrente de pesquisar a partir de um referencial universal, hierárquico e hegemônico (NÚÑEZ, 2022).

Isto posto, para dialogarmos um pouco a respeito do desenvolvimento de pesquisas com e pelos próprios indígenas, recorreremos a uma perspectiva interseccional e intercultural. Desse modo, esta escrita é tecida pelo encontro entre pesquisadoras(es) não-indígenas e psicólogas Potyguaras da Aldeia Vila Nova, localizado em Monsenhor Tabosa, sertão central do Ceará, que participaram como pesquisadoras locais da Pesquisa Ação referida acima.

O texto que segue foi organizado em dois grandes tópicos. No primeiro, dedicamo-nos a refletir sobre os deslocamentos epistêmicos e metodológicos que na nossa experiência encontramos como necessários para a criação conjunta de outras formas de produzir conhecimento com os

---

<sup>7</sup> A pesquisa intitulada “Detecção de Agravos e Fatores de Proteção em Saúde Mental de Populações Indígenas e Quilombolas do Ceará” contou com financiamento da Chamada Pública 02/2020 do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS): gestão compartilhada em saúde, regido pela coordenação nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria da Saúde, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (DECIT/SCTIE/MS), com gerenciamento administrativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

povos indígenas. Para tanto, fizemos uma leitura crítica da arquitetura intelectual que alicerçou a construção da ciência ocidental e apagou outros saberes, de forma a situar a emergência e importância das óticas interseccional e intercultural que nos guiam. Em seguida, descrevemos brevemente alguns dos caminhos metodológicos que traçamos com o objetivo de mitigar os impactos da colonialidade sobre o processo de pesquisa com e pelos próprios indígenas que ocupam espaços científicos validados.

No segundo tópico, tentamos operar uma torção no modo de produção do conhecimento, mudando a construção do texto para aproximá-lo da oralidade e seu contexto. Assim, apesar de trazermos também no primeiro tópico alguns relatos de experiência, é no segundo que oferecemos sua potência. Para tanto, criamos uma textualização das falas e vivências das co-autoras Potyguaras, compartilhadas durante entrevista narrativa realizada ao longo do processo de pesquisa com a saúde mental indígena no Ceará.

### **Deslocamentos epistêmicos e metodológicos necessários para a co-criação de outras formas de produzir conhecimento**

Para o início desta jornada, e para que possamos dialogar com as questões supracitadas, voltamos nosso olhar à arquitetura intelectual que alicerçou a construção do conhecimento ocidental (BRANCO e SIRINO, 2018). Historicamente, como em outras áreas do conhecimento científico, as Ciências Humanas constituíram-se com base em epistemologias formuladas no Norte Global. Na base destas, temos o paradigma cartesiano de René Descartes como influência principal para a instituição de uma maneira específica de subjetivar a vida: a binariedade. Assim, o mundo passa a ser lido de forma binária e dual a partir do bem-mal, homem-mulher, certo-errado, bom-ruim (ANDRADE, 2009; TURRIANI, 2022).

Entretanto, essa lógica tem como referência um modelo de sujeito “universal”, que partia de um corpo branco-cis-masculino-hetero-anglosaxônico. Tal figura ocupava, e ainda ocupa, o topo de uma estrutura hierárquica de relações de poder e saber (GROSGOUEL, 2016). Fica evidente o viés etnocêntrico naquilo que foi nomeado de “universal” em detrimento do “outro”, o exótico a ser pesquisado (TUHIWAI SMITH, 2018). Assim, o conhecimento científico consagrado era construído apenas por estes sujeitos e sua cultura que, em um movimento de atualização de operações coloniais, foram invalidando inúmeros e diversos sistemas de conhecimentos que, contudo, persistem e (re)existem.

O paradigma ocidental de produção do conhecimento se concretizou de tal forma que ainda há muito que se quebrar para superar seus binarismos. Haraway (1995) faz uma crítica à objetividade científica e seus desdobramentos na produção de conhecimento quando afirma que “a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo”.

Diante desta disputa, a autora defende que a produção de conhecimento deve ser reinventada a partir de uma perspectiva de posicionalidade, proporcionando um deslocamento das lógicas de construção de saberes, criando fissuras que possibilitem pensar a partir de que lugares as histórias são contadas, mobilizando estruturas de poder (HARAWAY, 1995; FERNANDES-KAINGANG, 2015). Assim, a multiplicação de saberes localizados pode criar também espaços de agenciamento para o exercício de autonomia e liberdade, como veremos mais adiante.

Dito isto, consideramos centrais os conhecimentos produzidos com base nas experiências de populações que são cotidianamente marcadas por violências estruturais que as posicionam em lugares sociais de subalternidade (RIBEIRO, 2018). O convite que pretendemos com este texto é o de pensar para além das compreensões hegemônicas que objetificam e enquadram tudo aquilo que foge à norma. Para tanto, recorreremos à lente interseccional.

Como chave interpretativa, a interseccionalidade nos auxilia a pensar nas relações produzidas por meio da violência estrutural, bem como a sua atuação nas formas e nas estratégias de cuidado (CRENSHAW, 2002). Em 1980, a autora conceituou uma compreensão que mulheres negras do movimento negro já tinham sobre o cruzamento dos eixos de opressão, como raça, etnia, gênero, classe e globalização, o qual materializa efeitos violentos em diferentes níveis (CRENSHAW, 2004). Assim, cria a imagem de avenidas identitárias para analisar criticamente o cruzamento desses eixos em diferentes grupos de pessoas. Isto implica também questionar como estas avenidas foram produzidas ao longo da história, compreendendo que estão na base de uma hegemonia que se mantém a partir da aniquilação de determinadas vidas, corpos, culturas e saberes (FLEURY-TEIXEIRA e MENEGHEL, 2015).

Apesar de ter sido desenvolvido no movimento e pensamento negro, a discussão interseccional nos parece importante aqui pois trata de um momento analítico e político de compreensão crítica das estruturas enrijecidas que sustentam os eixos de opressão que se cruzam nas trajetórias de vida e existência singular de cada pessoa subalternizada em diferentes contextos sociais, como os dos povos indígenas (MELLO e GONÇALVES, 2010). Enquanto pesquisadoras e profissionais da saúde no contexto indígena, consideramos que a interseccionalidade é uma ferramenta que pode também nos ajudar a refletir que o lugar que ocupamos a partir de determinadas categorias indica como subjetivamos, como vivemos, como sentimos, e também como produzimos o conhecimento.

Em consonância às compreensões interseccionais, consideramos de suma importância também as noções de interculturalidade para pensar a nossa posicionalidade enquanto pesquisadoras e a nossa produção de conhecimento. De acordo com Candu e Russo (2010), o conceito emerge no contexto educacional latino-americano, a partir da educação escolar indígena, onde as línguas, saberes e práticas de povos originários passaram a ser incorporados ao espaço escolar como forma de resistência à cultura hegemônica.

Para Catherine Walsh (2005), a interculturalidade é compreendida como ponto central para possibilidades de libertação e transformação social dos povos latino-americanos que resistem às opressões e violências advindas da colonialidade, sendo assim uma estratégia ética, política e epistemológica de transformação social. A autora aponta que:

O conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de/ desde outro modo-, precisamente por três razões principais: primeiro porque é vivido e pensado desde a experiência da colonialidade [...]; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global (WALSH, 2005, p. 25).

Nesse sentido, considerar a interseccionalidade e interculturalidade nos processos de pesquisa em contextos indígenas é um exercício essencial, o qual fez-se presente no processo de diálogo e construção de conhecimento com os territórios indígenas participantes da Pesquisa Ação. Revisitando agora esses contextos e encontros interculturais, acreditamos que a análise interseccional pode operar como uma malha móvel que produz deslocamentos e questionamentos acerca das posições identitárias fixas que promoveram estranhamento (PEIRANO, 2014). Reconhecemos que diante desse estranhamento, muitas vezes retornamos a orientações pré-definidas e familiares. Assim, acabamos ignorando ou excluindo outros sentidos, experiências e perspectivas (KELLEY, 2021).

A título de exemplo, podemos relatar alguns deslizamentos que podem ocorrer na atuação como profissionais da saúde e/ou acadêmicas(os) junto aos territórios indígenas. Quando chegamos às comunidades, por vezes caímos em um lugar de saber/poder (FOUCAULT, 2005) que nos faz presumir que as pessoas das comunidades carecem de conhecimentos e estratégias próprias e portanto, precisam da nossa ajuda. Então, oferecemos primeiramente a nossa forma mais conhecida (e geralmente esperada, como os atendimentos psicológicos individuais), antes de buscar um engajamento colaborativo e culturalmente localizado (RODRIGUES XUKURU, 2016).

Assim, acabamos por reproduzir estratégias hegemônicas e individualizantes que dificilmente respondem às demandas psicossociais e culturais específicas de cada povo. Ainda, reconhecendo o saber ocidental consagrado como fruto e gerador de relações de poder, bem como meio de dominação pois “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2007, p. 28), ao nos apresentar exclusivamente dessa forma cortamos outros sistemas de conhecimentos, tais quais os saberes e práticas comunitárias e ancestrais de cuidado e cura, como se não fossem eficazes à “saúde mental” (BALLESTRIN, 2013; NUNES-KANHGAG et.al., 2024). Da mesma maneira, também não consideramos como os eixos de opressão incidem especificamente naquelas comunidades e em cada grupo que resiste nelas.

Apesar de estarmos empreendendo esforços para veicular vozes que usualmente são excluídas dos espaços científicos consagrados, como os sistemas ancestrais indígenas de saber e praticar o cuidado e a saúde, reconhecemos que também deslizamos na matriz da colonialidade e outras formas de poder (GOIKOETXEA e FERNÁNDEZ, 2014). Por mais críticas que sejam as posições que assumimos na construção de pesquisas interculturais e participativas, faz-se necessário destacar que não escapamos, não somos imunes à cultura que nos estrutura. Por isso, importa desacostumar o olhar, deixar-se impactar e afetar, construir outras familiaridades, validar outras formas de entendimento e produção do mundo (INGOLD, 2016). Nesse sentido, operar uma analítica interseccional e intercultural em nossas pesquisas com povos indígenas no Ceará não se trata apenas de cruzar variáveis, mas pensar a produção destas diferenças, como surgem, de onde vêm, a que/quem se direcionam (CARDOSO, 2012).

Para tanto, consideramos necessário destacar que o método de pesquisa pode em si operar como uma estratégia de colonização das formas de conhecer o mundo e as suas relações (ALCOFF, 2016). Metodologias são, assim, caminhos não apenas científicos, mas políticos, que decidimos traçar na compreensão da realidade, de maneira que elas compõem as posturas que adotamos ao longo do processo de pesquisa, as pessoas e/ou fenômenos com os quais nos deparamos, bem como as ferramentas utilizadas para apreender a realidade (CRESWELL, 2014).

Nesse sentido, ao contrário da neutralidade e objetividade que a ciência ocidental prega, o método é um elemento parcial e intencional nos processos de pesquisa (ATALLAH, 2016; XIMENES et al., 2017). Apesar da Pesquisa Ação ser um método euro-ocidental, distancia-se de seus pressupostos epistemológicos e metodológicos coloniais ao tentar construir um processo mais horizontal de interação entre pesquisadores(as) e participantes (EVANS et al., 2014). Fals Borda (1999) desenvolveu este método com o objetivo de romper com a produção de conhecimento tradicionalmente eurocêntrica e hierarquizada, uma vez que integra a pesquisa científica com a ação social, onde os próprios sujeitos da pesquisa são agentes ativos na construção do conhecimento. Isso implica uma mudança de paradigma na relação entre pesquisadores e comunidades, promovendo uma ciência mais democrática e comprometida com a justiça social (GUARESCHI, 2006).

A Pesquisa Ação Participante tem como principal característica a participação ativa das comunidades no processo de pesquisa, promovendo uma colaboração entre pesquisadores e participantes para a produção de conhecimento que resulte em transformação social. Mostra-se, assim, especialmente relevante quando aplicada em pesquisas com protagonismo indígena. As pessoas e/ou comunidades participantes são incluídas desde o início no processo de pesquisa, e por isso seus saberes e demandas constituem o núcleo central dos resultados e das ações necessárias às mudanças sociais. A construção do conhecimento se dá, assim, a partir da alternância entre a ação e a reflexão, tomando as diversas interpretações específicas de cada contexto/fenômeno como possíveis e válidas (FISHER e BALL, 2003).

Dessa maneira, este método promove uma abordagem colaborativa onde os indígenas não são meros objetos de estudo, mas participantes ativos que contribuem com seus saberes e experiências (SMITH, 2012). A participação ativa das comunidades indígenas na pesquisa fortalece o senso de autonomia de forma que as próprias comunidades identifiquem e proponham soluções para os seus problemas (DURSTON, 2003).

Embora a Pesquisa Ação Participante ofereça muitos benefícios, sua implementação em comunidades indígenas também enfrenta desafios significativos, como a necessidade de adaptação cultural das metodologias. É fundamental que os pesquisadores estejam comprometidos com uma abordagem sensível e ética, respeitando as especificidades culturais de cada comunidade (GUARESCHI, 2006). Assim, devemos envolver líderes indígenas desde o início do processo de pesquisa para garantir a relevância e a aceitação dos métodos e objetivos do estudo. Há necessidade de manter uma comunicação aberta e contínua com as comunidades.

Dito isso, no estudo qualitativo da experiência de Pesquisa Ação que retomamos aqui, propomos alguns caminhos e estratégias que visassem mitigar os impactos da colonialidade sobre o processo de pesquisa com povos indígenas, os quais vivenciam historicamente interações de pesquisa extrativistas e predatórias. Como destaca a pesquisadora indígena Linda Tuhiwai Smith (2018), tais interações coloniais provocam desconfiança e reticência dos povos indígenas em participar de pesquisas com pesquisadores não-indígenas que outrora exploraram sua cultura, seus conhecimentos e recursos.

Na tentativa de transformar essa lógica de relação, traçamos algumas escolhas metodológicas que primassem pela aproximação com as metodologias indígenas tradicionais, como a oralidade. Conforme pesquisadores indígenas ao redor do mundo tem enfatizado, metodologias qualitativas, como as investigações narrativas e rodas de conversa, aproximam-se das ontologias e epistemologias indígenas tradicionalmente orais (WILSON, 2008; KOVACH, 2009; DRAWSON, TOOMBS & MUSHQUASH, 2017). Nesse sentido, as vozes e histórias locais são centrais para a produção e transmissão dos conhecimentos. Além disso, nos relatos que apresentaremos na sequência, a colaboração com as participantes e pesquisadoras locais mostrou-se igualmente necessária para contra-colonizar o saber/poder, reconhecer esses outros saberes e seus/suas autoras, proporcionando transformação e cura (TUHIWAI SMITH, 2018; GROSFOGUEL, 2016).

## **Relatos de experiências com a saúde mental indígena Potyguara e novas direções**

As experiências vividas no processo da Pesquisa Ação Participante com populações indígenas do Ceará sobre saúde mental nos convocaram à construção de reflexões e análises que considerem as especificidades e dimensões histórico-culturais do sofrimento psicossocial desses povos, mas também da resistência, do fortalecimento e da saúde tradicional. Partimos do

entendimento que tal construção só pôde acontecer a partir da coalizão intercultural entre os saberes tradicionais e os saberes científicos (CARNEIRO DA CUNHA, 2007), onde os primeiros orientaram as ações e compreensões do que seria a saúde mental indígena em cada contexto específico.

Além disso, como destaca a professora e ativista indígena Célia Xakriabá (2023, p. 323) “temos uma tarefa desafiadora, pois não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores”. Assim, neste tópico, tentamos operar uma torção no modo de produção de conhecimento, mudando a construção do texto de forma a reconhecer as conhecedoras.

A partir daqui, fundamentamo-nos sobretudo na transcri(a)ção das falas e relatos compartilhados durante a entrevista narrativa realizada com as psicólogas indígenas do povo Potyguara, co-autoras e pesquisadoras locais da Aldeia Vila Nova. Dessa forma, instigamos uma aproximação dos nossos(as) leitores(as) ao cenário da pesquisa em questão, possibilitando uma breve aproximação com as práticas e vivências do território, bem como com os discursos e saberes que ali circulam, de modo a criar espaços de reconhecimento e de reflexão sobre formas de pesquisar implicadas, éticas e políticas (SEVERINO, 2013; ROMAGNOLI e PAULON, 2014).

A Aldeia Vila Nova está situada na periferia urbana de Monsenhor Tabosa, sertão central do Ceará, no Bairro Alto da Boa Vista. É composta por 86 famílias indígenas das etnias Potyguara e Tabajara. O processo de retomada étnica se deu em meados de dezembro de 2004, após reunião com as famílias vindas das aldeias Mundo Novo, Rajado, Jucás e Jacinto que residem nas periferias rurais da cidade de Monsenhor Tabosa. Algumas delas começaram a participar de encontros do movimento indígena na Aldeia Jucás em 2005, momento em que esta iniciava sua identificação étnica perante a lei. Na época, as famílias Potyguaras foram incluídas no cadastro como pertencentes à Aldeia Jucás. No entanto, desde janeiro de 2008, a Aldeia Vila Nova busca fortalecer a comunidade com o objetivo de expandir a reafirmação e autoidentificação étnica em vista da luta pelos direitos fundamentais e específicos, tais como saúde, educação, demarcação do território e cultura ancestral.

Por outro lado, até o presente momento, a Aldeia Vila Nova, apesar da autoafirmação étnica e organização coletiva, ainda não é reconhecida como Território Indígena, tendo seus processos territoriais tramitando em estudo antropológico para ser incluída na área da Terra Indígena Serra das Matas 2. Isto implica, em termos de saúde, que a negação do direito à terra também priva o acesso à saúde indígena.

Aqui na aldeia que a gente mora, a terra não está legalmente demarcada, então a gente não tem acesso à saúde indígena. O que Gabi e eu fazemos é nos disponibilizar para rodas de conversa, palestras, rituais de fortalecimento. Temos também alguns projetos que ainda não demos continuidade como grupo de jovens, enfim, outros espaços de cuidado dentro do nosso território. Também fazemos as visitas domiciliares dentro da Atenção Básica, mas acontece que a demanda de saúde mental indígena é imensa, imensa

mesmo, e são casos que precisariam de outro tipo de assistência, mas que chegam à Atenção Básica já muito agravados, devido à falta de acesso, ao preconceito mesmo, à distância das aldeias. Acaba que precisamos nos concentrar nos atendimentos ambulatoriais, de emergência. Mesmo nos serviços de saúde do município, a maioria das pessoas que eu atendo são indígenas Potyguaras porque o posto que eu atuo é referência dessa população que está desaldeada (informação verbal)<sup>8</sup>.

Conforme a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria nº 254, 2002), esta configura-se como modelo complementar e diferenciado de organização dos serviços – voltados para a proteção, promoção e recuperação da saúde –, que garanta à população indígena o exercício de sua cidadania nesse campo. No entanto, comunidades desaldeadas não são atendidas pela política de Saúde Indígena, enfrentando ainda a insuficiência de cobertura, acesso e aceitabilidade do Sistema Único de Saúde que esta visou superar.

E a exclusão dos serviços da saúde indígena não é a única enfrentada por comunidades não-aldeadas como a Aldeia Vila Nova, mas também:

A falta de acesso à terra leva as famílias a precisar plantar por arrendamentos, muitas vezes com sementes transgênicas, e isso restringe a alimentação, tirando a autonomia alimentar das famílias, que ficam dependendo de produtos ultraprocessados, do que vem de fora e na maioria das vezes com agrotóxicos (informação verbal)<sup>9</sup>.

Além disso, a proximidade com o centro urbano gera um acesso fácil a álcool e outras drogas, bem como as influências religiosas muitas vezes violentas, que culminam na negação da identidade indígena, discriminações e preconceito, entre diversas outras violências cotidianas (LANGDON e CARDOSO, 2015).

Diante dessas violências históricas, é importante destacar o papel central da resistência Potyguara, mediante a construção de estratégias e saídas comunitárias:

Fundadoras desse espaço onde habitamos até hoje, temos construído, enquanto comunidade, pontos de resistência. Destacamos a Escola Indígena Cultura Viva, cujo grupo de educadores/as e professores/as é composto apenas por indígenas Potyguaras. Além da Escola Cultura Viva, no território temos lugares sagrados como o Terreiro das Mangueiras e o quintal produtivo cuidado pelas mulheres indígenas da aldeia. Ainda, o Museu Alto do Bode, nome dado ao bairro no início de sua construção e que abriga, hoje, artefatos ancestrais e de representação da cultura Potyguara; e o Cacimbão do Sabidinho, que abastece com

<sup>8</sup> Fala de Tatiane Delima Andrade Potyguara durante entrevista realizada em 2023.

<sup>9</sup> Fala de Gabriele da Silva de Melo Potyguara, durante entrevista realizada em 2023.

água a aldeia e demais localidades do bairro em tempo de escassez hídrica. As pessoas da comunidade exercem sua agricultura nas terras de posseiros do Sítio do Ponte, Massapê, Canuto, Sítio do Meio e Volta do Rio (informação verbal)<sup>10</sup>.

Vale destacar que, conforme o pensador e historiador Tupinambá Casé Angatu, essas terras de posseiros são e sempre foram indígenas (ANGATU, 2021). São nelas onde historicamente são coletados os alimentos, as sementes para produzir artesanatos e tintas usadas nas pinturas corporais, os elementos que auxiliam os rituais e cerimônias espirituais, as plantas medicinais que produzem remédios tradicionais, tais quais as garrafadas e os lambedores.

Nesse contexto cultural específico, os diálogos interculturais que culminaram neste artigo se deram inicialmente a partir de encontros virtuais em espaços organizados pela Juventude Indígena Conectada, os quais tinham por intencionalidade a reflexão conjunta sobre o aumento exponencial do suicídio entre os jovens indígenas. Estes diálogos possibilitaram o início da pesquisa de saúde mental com a Aldeia Vila Nova, entre janeiro e fevereiro de 2023, quando pudemos estar juntas em seu território, criando momentos de formação de pesquisadoras(as) locais com um grupo composto por indígenas educadoras da Escola Indígena do Povo Caceteiro e moradoras da aldeia.

Nos encontros entre os(as) pesquisadores(as) locais da Aldeia Vila Nova e a equipe de pesquisa da universidade, buscamos traçar juntas caminhos de produção que revisitam as dimensões políticas, técnicas e éticas sobre as noções de saúde mental, a fim de pensarmos de forma horizontal práticas e posturas que possam dialogar melhor com sua realidade e a dos demais povos indígenas do Ceará. Práticas estas interculturais e interseccionais como defendemos aqui, cujo ponto de partida sejam as realidades e contextos específicos em que se dão, baseadas nos conhecimentos tradicionais locais de cada comunidade (PAVAN, LOPES e BACKES, 2014; DUDGEON et. al. 2020). A exemplo disto, trazemos abaixo um trecho transcrito do diálogo entre as autoras não indígenas e as psicólogas Potyguaras:

Larissa: Tem algo que ficou muito marcado em mim na primeira vez que estivemos aí na aldeia, que foi naquela noite de ritual com as pessoas mais velhas da aldeia, em que vocês se referiram a elas como os homens e mulheres de ciência. Ficou marcado pra mim porque, pelo que entendi, e se quiserem falar um pouco sobre isso, esses homens e mulheres de ciência da comunidade são grandes referências pra vocês, né? São pessoas que têm um conhecimento que é válido, que é importante, e que não é inferior à ciência acadêmica.

---

<sup>10</sup> Fala de Gabriele da Silva de Melo Potyguara, durante entrevista realizada em 2023.

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

Tatiane: Interessante isso que você observou, Larissa. Teve uma roda de conversa que Gabi e eu fizemos no Setembro Amarelo trazendo alguns conteúdos, sentimentos e comportamentos que podem ser de risco à vida e a Cacika da aldeia que estava participando disse “olha, tem muita gente que me procura com isso aí”. E aí eu fiquei pensando que são muitas as pessoas na aldeia que provavelmente não chegam aos consultórios de Psicologia e outras áreas da saúde, mas sim à Cacika e outras pessoas de referência cujo conhecimento tem profundidade e proporciona cuidado. Assim, vamos aproximando os conhecimentos.

Gabriele: Eu vejo ainda como algo muito desafiador, mas eu vejo que diante das demandas que chegam, precisamos considerar o todo da pessoa... as estratégias de fortalecimento dos próprios locais, a medicina tradicional, as rezadeiras e benzedadeiras, homens e mulheres da ciência que tem a sabedoria ancestral que a muito tempo contribui com o bem-estar da comunidade. Nosso papel como psicólogas não é contestar esses saberes. E aí quando a gente vê que os conhecimentos são unificados, os atendimentos fluem e conseguimos contribuir de forma mais eficiente para o bem-estar das pessoas.

Destacamos, assim, a (re)existência na Aldeia Vila Nova de homens e mulheres da ciência tradicional, guardiões de uma sabedoria Potyguara ancestral, sendo eles(as) curandeiros(as), parteiros(as), raizeiros(as) e benzedeiros(as), dentre outros, que há muito tempo vêm possibilitando práticas de cuidado e cura no território. Diante dessa experiência, compreendemos que o fortalecimento comunitário dos próprios sistemas de conhecimento tradicionais é uma das principais estratégias de promoção de saúde indígena, em que os saberes da ciência tradicional, bem como a grupalidade e coletividade, contribuem com o bem-estar emocional e social da comunidade (GÓIS, 2008; PARRA-VALENCIA, 2023).

A espiritualidade é outro ponto fundamental para pensarmos uma saúde mental indígena sem correr o risco de reproduzir discursos patologizantes (TEIXEIRA et. al., 2016):

Outra questão que essa conversa me fez lembrar é que os rituais indígenas, as danças e manifestações que podem acontecer nesses momentos de espiritualidade, às vezes são lidos de forma descontextualizada como loucura. Eu já recebi alguns encaminhamentos de psiquiatras de sujeitos indígenas que a partir das experiências espirituais relatadas, saem dos consultórios com diversos diagnósticos e prescrição de medicações pesadas (informação verbal)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Fala de Tatiane Delima Andrade Potyguara, durante entrevista realizada em 2023.

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

Daí a importância de contextualizar as vivências das pessoas indígenas às suas realidades, compreendendo o papel e sentido que a espiritualidade desempenha em cada cultura, de que forma é assimilada e praticada pela comunidade, e como se relaciona com sua saúde (LUCANA e ELFERS, 2020).

Além da espiritualidade e dos conhecimentos tradicionais, a luta indígena em si já é algo promissor para saúde e bem-estar: “Nos encontros e articulações do movimento indígena nacional, escutamos pessoas indígenas de diferentes comunidades e etnias relatarem que após entrar para o movimento indígena, ganharam vida. Então, eu vejo que a luta já é uma estratégia que abre possibilidades para a saúde mental” (informação verbal)<sup>12</sup>.

Dessa forma, consideramos que o pertencimento a um coletivo e a luta por direitos comuns são estratégias que abrem possibilidades para a promoção da saúde mental indígena (FEITOSA, 2019).

Destacamos também a necessidade e importância de retornarmos à natureza e aos recursos que esta pode nos ofertar, sendo pela própria potência dos espaços sagrados presentes nos territórios, bem como pelos recursos que estes podem oferecer. Assim, compreendemos que o meio, seja pela vivência da natureza ou pelas relações nele construídas, é de fundamental importância para promoção da saúde mental indígena (MARQUINA-MÁRQUEZ, VIRCHEZ e RUIZ-CALLADO, 2016). “A própria terra, ou o estar na mata, subir um lajedo e contemplar a vista, comer a fruta do pé, são coisas muito singulares e que podemos alinhar com nossas práticas e pesquisas nas aldeias” (informação verbal)<sup>13</sup>.

A intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo o corpo. Todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro. É aí que a intelectualidade indígena acontece (XAKRIABÁ, 2023, p. 320).

Assim, as palavras de Célia Xakriabá ressoam algo que podemos aprender neste percurso intercultural: “reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos” (XAKRIABÁ, 2023, p. 323). Com isso, insistimos que nossas pesquisas sobre a saúde mental indígena devem estar alinhadas aos saberes e conhecimentos tradicionais e ancestrais, bem como aos seus/suas produtores/as, autores/as e interlocutores/as.

Estamos circunscritas em outras problemáticas sociais, para além daquelas pensadas a partir de uma geografia intelectual “central”. Isto posto, aqui investimos na possibilidade de pensar estratégias possíveis para a construção de uma epistemologia interseccional e intercultural que viabilize narrar histórias a partir de outros lugares, considerando outros saberes para além dos hegemônicos, assim reflorestando o pensamento (NÚÑEZ, 2021).

---

<sup>12</sup> Fala de Gabriele da Silva de Melo Potyguara, durante entrevista realizada em 2023.

<sup>13</sup> Fala de Gabriele da Silva de Melo Potyguara, durante entrevista realizada em 2023.

## Considerações Finais

Visando a construção de uma práxis para as Ciências Humanas voltada ao trabalho com populações indígenas, e pensando em perspectivas éticas, localizadas e implicadas de pesquisa, este artigo se apresenta também como uma outra possibilidade de direção para as pesquisas que se proponham a trabalhar com metodologias que visam produzir textos híbridos e de autorias plurais, como as produções narrativas e as rodas de conversa.

Desta forma, através dos relatos de experiências e reflexões suscitadas, tentamos ilustrar como pesquisas com povos indígenas devem partir dos diferentes contextos em que são desenvolvidas, criando novas geografias intelectuais, com referenciais e critérios próprios e locais, provocando deslocamentos e torções para ratificar a produção de conhecimento a partir de outras perspectivas.

É um movimento de leitura e interpretação guiado pelos contextos locais e culturais específicos de cada povo e território, portanto, um processo que não é passivo diante das estruturas enrijecidas, mas ativo na busca de mecanismos de enfrentamento e transformação. Dessa forma, consideramos de suma importância a interseccionalidade e a interculturalidade como estratégias de construção de tais mecanismos junto aos povos originários.

A construção de conhecimento a partir da perspectiva indígena implica, assim, na circulação de saberes situados e outras formas de reconhecer, como as práticas e sentidos presentes nos territórios originários, a espiritualidade, as práticas de cuidado não-ocidentais como o uso de plantas medicinais e momentos coletivos de rituais, festas e diversas consagrações. É o que buscamos construir através da experiência de pesquisa de saúde mental com as populações indígenas do Ceará que aqui tentamos ilustrar.

## Referências Bibliográficas

ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Sociedade e Estado, 31(1), 2016. <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ANGATU, Casé Carlos José F. Santos. **Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios**. Revista Espaço Acadêmico, v. 21, n. 231, p. 13-24, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ANDRADE, Eloísa Benvenuti de. **O Projeto Epistemológico Cartesiano**. Kínesis, I(1), 133-149, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1984-8900.2009.v1n01.4296>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ATALLAH, Devin. **Toward a decolonial turn in resilience thinking in multifaceted disasters: Example of the Mapuche from Southern Chile on the frontlines and fault lines**. International Journal of Disaster Risk Reduction, 19, 92-100, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2016.08.027>>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira De Ciência Política, 11, 89-117, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRANCO, Paulo Coelho Castelo; SIRINO, Sérgio Dias. **História da Psicologia em Contexto: teoria, conceitos e implicações metodológicas**. Revista Sul Americana de Psicologia, 5(2), 172-194, 2018. Disponível em: <<https://ediciones.ucsh.cl/index.php/RSAP/article/view/1805>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, abr. 2010. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2010000100009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2010000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado em Filosofia) - PPGNEIM, UFBA. Salvador, BA, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7297>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. Revista USP, n.75, p. 76-84, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero**. Estudos Feministas, 10 (1), 171-188, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** Cruzamento: raça e gênero. Unifem, 2004. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.** SAGE Publications, 2014.

DRAWSON, Alexandra; TOOMBS, Elaine; MUSHQUASH, Christopher. **Indigenous research methods: A systematic review of the literature.** Indigenous Policy Journal, vol. 8(2): 1–25, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18584/iipj.2017.8.2.5>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

DUDGEON, Pat et. al. **Aboriginal Participatory Action Research: An Indigenous Research Methodology Strengthening Decolonisation and Social and Emotional Wellbeing.** Lowitja Institute, Melbourne, 2020. Disponível em: <[https://www.lowitja.org.au/wp-content/uploads/2023/10/328548\\_engagement-and-leadership.pdf](https://www.lowitja.org.au/wp-content/uploads/2023/10/328548_engagement-and-leadership.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DURSTON, John. **El empoderamiento de los pobres rurales en América Latina: desafíos para el desarrollo.** Santiago: CEPAL, 2003.

EVANS, Mike, et. al. **Decolonizing research practices: Indigenous methodologies, Aboriginal methods, and knowledge/knowing.** In: P. Leavy (ed.), Oxford Handbook of Qualitative Research, pp. 179–91. Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199811755.013.019>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FALS-BORDA, Orlando. **La investigación-acción participativa.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1999.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza. **Lideranças Pitaguary de Monguba: estratégias do bem viver e de compromisso ético-político.** (Tese) Doutorado em Psicologia - PPGPSI, UFC, Fortaleza, CE, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/57582>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FERNANDES-KAINGANG, Rosani de Fatima. **Povos indígenas e antropologia: novos paradigmas e demandas políticas.** Espaço Ameríndio, v. 9, n. 1, pp. 322-354, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-6524.53317>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

FISHER, Phillip; BALL, Thomas. **Tribal Participatory Research: Mechanisms of a Collaborative Model.** American Journal of Community Psychology, 32(3), 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1023/b:ajcp.0000004742.39858.c5>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

FLEURY-TEIXEIRA, Stela Nazareth Meneghel. **Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência.** Editora FIOCRUZ, 2015.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso.** 12 ed. Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder.** 24 ed. Graal, 2007.

PELLICER, Larissa Niemann; LISBOA, Sheryda Januário; POTYGUARA, Gabriele da Silva de Melo; POTYGUARA, Tatiane Delima Andrade; LIMA, Antônio Ailton de; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Caminhos interculturais e interseccionais de pesquisa com populações indígenas. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2024.

GOIKOETXEA, Itziar Gandarias; FERNÁNDEZ, Nagore García. **Producciones narrativas: una propuesta de metodológica para la investigación feminista.** In: Irantzu Mendia Azku et. al. 2014. Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista, pp. 97-110. Bilbao UPV/EHU, 2014. Disponível em: <[https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/269/Otras\\_formas\\_de\\_reconocer.pdf?14885398362](https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/269/Otras_formas_de_reconocer.pdf?14885398362)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

GÓIS, Cezar. Wagner de Lima. **Saúde comunitária: pensar e fazer.** Hucitec: São Paulo, 2008.

GROSGOUEL, Ramon. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** Revista Sociedade e Estado, 31(1), 25-49, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

GUARESCHI, Pedrinho. **Metodologias Participativas em Psicologia Social.** Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2006.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

INGOLD, Tim. **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia.** Educação, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KELLEY, Amber. **The Messiness of (De)Coloniality: An Autoethnography of the Cross-Cultural Researcher.** The Qualitative Report, 26(12), 3724-3733, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.46743/2160-3715/2021.4966>>. Acesso em: 5 jun. 2024.

KOVACH, Margaret. **Indigenous methodologies: Characteristics, conversations, and contexts.** Toronto: University of Toronto Press, 2009.

LANGDON, Esther Jean Matteson; CARDOSO, Marina. (Org.). **Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina.** Ed. da UFSC, 2015.

LUCANA, Sonia; ELFERS, John. **Sacred Medicine: Indigenous Healing and Mental Health.** The Qualitative Report, 25(12), 4482-4495, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4626>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

MARQUINA-MÁRQUEZ, Alfonso; VIRCHEZ, Jorge; RUIZ-CALLADO, Raúl. **Postcolonial healing landscapes and mental health in a remote Indigenous community in subarctic Ontario, Canada.** Polar Geography, 39:1, 20-39, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1088937X.2016.1155673>>. Acesso em: 14 jun 2024.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. **Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde.** Revista Cronos, 11(2),163-173, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NUNES-KANHGAG, Rejane Paféj; OMÁGUA, Roseli Waynambi. W.; KAMBEBA, Rosangela Pötyra.; SOUZA, Marcondy Maurício; FERNANDES, Diakuru Judimar; PEREIRA, Erlon Gilbert; GONÇALVES, Shelley De Jesus; SEBASTIAN, Renata; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. **Ayahuasca e Outras Plantas Mediciniais: Relatos do Uso por Estudantes de diferentes Povos Indígenas do Brasil.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/139875>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NÚÑEZ, Geni. **Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário.** ClimaCom – Diante dos Negacionismos [online], ano 8, n. 21, 2021b. Disponível em: <<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude.** Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - PPGICH, UFSC, Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036>>. Acesso 27 mai. 2024.

PARRA-VALENCIA, Liliana. **Grupalidad curadora: Prácticas cotidianas, comunitarias y descoloniales.** Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.16925/9789587604108>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PAVAN, Ruth; LOPES, Maria Cristina Lima Paniago; BACKES, José Licínio. **A construção de um diálogo intercultural com indígenas por meio da pesquisa-ação não convencional.** Acta Scientiarum, 36(1), 165-175, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i1.21295>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** Horizontes Antropológicos, v. 20, n. 42, p. 377–391, jul. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES XUKURU, Edinaldo dos Santos. **O lugar da psicologia nas questões indígenas.** In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver. São Paulo: CRP SP, 2016.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; PAULON, Simone Mainieri. **Escritas implicadas, pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos desatinos da produção científica.** In: Dimenstein M, Leite J (org.) Psicologia em pesquisa: cenários de práticas e criações. Natal: Editora EDUFRN; 2014. p. 23-42, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, Diomedia Zacarias et. al. **Manifestations and conceptions on mental disease among indigenous people.** Revista Cubana de Enfermeria, 32(4), 126-135, 2016. Disponível em: <<https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumenI.cgi?IDARTICULO=76518>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

TUHIWAI-SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples.** London: Zed Books, 2012.

TUHIWAI-SMITH, Linda. **Descolonizando Metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TURRIANI, Ana. In PAVÓN-CUÉLLAR, David. **Além da psicologia indígena: concepções mesoamericanas da subjetividade.** 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2022.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas.** Quito: Abya-Yala, 2005.

WILSON, Shawn. **Research is ceremony: Indigenous research methods.** Halifax: Fernwood Publishing, 2008.

XAKRIABÁ, Célia. **Amansar o Giz.** In Terra: antologia afro-indígena. Vários autores. Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023.

XIMENES, Verônica Moraes et al. **Saúde Comunitária e Psicologia Comunitária: suas contribuições às metodologias participativas.** Psicol. pesq., Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 4-13, dez. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.24879/2017001100200161>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

---

Recebido em: 15/06/2024 \* Aprovado em: 26/06/2024 \* Publicado em: 31/08/2024

---